



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

A QUESTÃO DA MORADIA E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM COLOMBO/PR

THE DWELLING QUESTION AND THE IMPLEMENTATION OF THE PRECARIOUS SETTLEMENTS URBANIZATION PROGRAM IN COLOMBO/PR

(Recebido em 24-04-2018; Aceito em: 22-10-2018)

Fabiana Alves Monteiro

Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Paraná
fabianamot@hotmail.com

Ivandra Alves Ribeiro

Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Paraná
ivv.alves@gmail.com

Resumo

O artigo tem por objetivo analisar a atual situação dos assentamentos precários no município de Colombo e as ações de intervenção do poder público nessas áreas a partir do ano de 2007. O município, integrante do Aglomerado Metropolitano de Curitiba, apresenta muitos problemas relacionados à moradia e a degradação do meio ambiente, com a presença inúmeras habitações em situação precária, muitas destas, localizadas em áreas impróprias, como fundos de vale, faixas de domínio de rodovias e Áreas de Preservação Permanente (APPs), configurando assim, riscos à saúde e à segurança dos moradores, além da contaminação de recursos hídricos. Ao analisar especificamente a situação dos assentamentos do município que foram selecionados para passar por intervenção do poder público, através de recursos provenientes do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o artigo discute os resultados alcançados até o momento e traz alguns apontamentos em relação aos limites e desafios deste programa no município.

Palavras-chave: Assentamentos precários; Degradação ambiental; Poder público; Moradia.

Abstract

The objective of this article is to analyze the current situation of the precarious settlements in the municipality of Colombo and the actions of intervention of the public power in these areas from the year 2007. The municipality, which is part of the Metropolitan Agglomerate of Curitiba, presents many problems related to housing and environmental degradation, with the presence of many poor housing,

many of them located in improper areas such as valley bottoms, highway domain strips and Permanent Preservation Areas (APPs), thus creating risks to the health and safety of residents, as well as contamination of water resources. When analyzing specifically the situation of the settlements of the municipality that were selected to pass through intervention of the public power, through resources coming from the Precarious Settlements Urbanization Program of the of the Growth Acceleration Program (PAC), the article discusses the results achieved so far and brings some notes regarding the limits and challenges of this program in the municipality.

Keywords: *Precarious settlements; Environmental degradation; Public power; Housing.*

Introdução

No Brasil um dos principais problemas sociais diz respeito à falta ou inadequação da moradia entre as classes sociais de menor renda. De modo que, por todo o país, mas principalmente nas grandes metrópoles, é visível a presença de inúmeras subhabitações autoconstruídas em terrenos regulares ou irregulares nas áreas periféricas, onde prevalece a falta de infraestrutura, de serviços e equipamentos públicos necessários para atender as demandas dessa população pobre. Além disso, muitas delas estão localizadas em áreas impróprias à moradia, como áreas de mananciais, encostas e faixas de domínio, contribuindo para uma situação de risco permanente entre essas famílias e para a contaminação dos recursos hídricos.

Na literatura especializada do Brasil, sobretudo naquela de cunho mais crítico, muito tem se discutido nas últimas décadas sobre os fatores responsáveis por essa problemática, assim como sobre a efetividade das políticas públicas desenvolvidas para responder a demanda por moradia pela população de baixa renda. Alguns estudiosos têm apontado para o valor da terra urbanizada, a especulação imobiliária e, sobretudo para a má distribuição de renda no país. Além da escassez de políticas de Habitação Social ou para a ineficiência dos poucos programas desenvolvidos no âmbito federal (VALLADARES, 1980; KOWARICK, 2000; BONDUKI, 2008; CARDOSO, 2007).

Há também aqueles que afirmam que o crescimento da informalidade da moradia no país, dentre outros fatores, foi atrelado ao processo da urbanização, sobretudo a partir da década de 1930. Abramo (2007) afirma que o crescimento destas “cidades informais” ocorreu, sobretudo, nas duas principais cidades da época, São Paulo e Rio de Janeiro e também foi impulsionada nesse período pela fragilidade das políticas públicas do país.

Kowarick (2000) aponta para a industrialização como um dos fatores responsáveis pelo aumento da periferização e das favelas na cidade de São Paulo nesse período, quando ocorre a difusão de novos núcleos industriais pela cidade, provocando uma desconcentração das moradias dos trabalhadores, viabilizada pela progressiva substituição do bonde pelo ônibus. Tornando possível então unir as periferias destituídas de infraestruturas aos locais de emprego que passaram a sofrer cada vez

mais com a especulação imobiliária. O autor ressalta ainda o papel decisivo que teve nesse cenário o aumento do preço da terra na cidade e, por outro lado, a desvalorização do salário do trabalhador, impossibilitando o seu ingresso no mercado imobiliário formal.

Além destes fatores que impulsionaram o crescimento das cidades informais no país durante o século XX, Abramo (2007) aponta ainda para a crise econômica da década de 1980 e a potencialização do mercado informal de terras urbanas.

Cardoso (2007), por sua vez, ao discutir a questão da moradia no país, ressalta que a precarização e informalização das relações de trabalho foram decisivos para restringir o acesso da população pobre ao mercado imobiliário formal. Assim como o desenvolvimento econômico atrelado a urbanização acelerada está relacionada à incapacidade do poder público em investir em infraestruturas urbanas e de regular de forma mais incisiva o mercado fundiário e imobiliário. De modo que coloca,

As cidades cresceram, pois, com pouco ou nenhum planejamento, e com o investimento em infraestrutura seguindo (e não antecedendo) a ocupação efetiva do solo. Além dos problemas ambientais gerados pela ocupação de terras inadequadas e do custo elevado das soluções técnicas para urbanizar áreas já ocupadas, gerou-se uma enorme desigualdade de acessibilidade a recursos e serviços, o que agravou o processo de especulação com a terra (CARDOSO, 2007: 222).

No que diz respeito às políticas públicas voltadas a essa questão, Valladares (1980), afirma que a partir da década de 1960, à medida que as favelas passaram a atrair a atenção do poder público, tornaram-se alvo de suas esparsas ações. No Rio de Janeiro, em particular, nesse período foram tomadas medidas para reprimir e remover favelas das áreas centrais, ao mesmo tempo em que outras favelas foram urbanizadas.

A partir da Constituição Federal de 1988, os municípios passaram a ter maior autonomia e responsabilidade, inclusive para desenvolverem suas políticas habitacionais. Todavia, apesar dos resultados positivos de alguns Programas Habitacionais desenvolvidos nesse período, como o Pró-Moradia e o Habitar Brasil, o alcance foi limitado e ficou restrito a alguns poucos municípios que dispunham de recursos suficientes para investir e equipe técnica especializada.

Já na década de 2000, a existência de uma conjuntura econômica e política relativamente estável, foi fundamental para que algumas reivindicações sociais fossem atendidas, ou pelo menos em parte. Esse cenário contribuiu também para que a política habitacional do país fosse novamente centralizada, ao mesmo tempo em que foram adaptados ou criados novos instrumentos de promover o acesso à moradia pelas camadas sociais de menor renda. Resultam desse período a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, a criação do Ministério das Cidades em 2003 e a aprovação de uma nova Política Habitacional no ano de 2004, cujo princípio fundamental era possibilitar o acesso à moradia às classes de menor renda. Para viabilizar tal objetivo, foram criados o Sistema Nacional de Habitação

(SNH) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) em 2005 e, posteriormente, o Programa de Urbanização de Assentamentos Precários (UAP) em 2007, vinculado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no eixo Habitação, que aumentou consideravelmente o volume de recursos destinados à urbanização de assentamentos precários.

Além desses, foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009 e o PMCMV Entidades, este último, destinado a financiar a construção de moradias por cooperativas ou associações habilitadas pela Caixa Econômica Federal. A partir da sua segunda fase (2011-2014), o Programa MCMV tornou-se o responsável pela produção de unidades habitacionais dos Projetos de Urbanização de Assentamentos, utilizando recursos do PAC Habitação.

De toda forma, a problemática da moradia no Brasil ainda está muito longe de ser resolvida, pois conforme colocam Cardoso *et al.* (2017), desde o ano de 2014, com a ampliação da crise política e econômica do Brasil, o Setor da Habitação vem passando por um processo de retração, resultando numa diminuição do crédito e do volume de recursos destinados aos Programas Habitacionais.

Desse modo, este trabalho tem como objetivo analisar os resultados preliminares do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários do PAC em três áreas de intervenção no município de Colombo, integrante da Região Metropolitana de Curitiba. Para tanto, foram coletadas informações oficiais da Prefeitura Municipal, da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e do Ministério das Cidades, a fim de identificar as propostas dos projetos elaborados para estes assentamentos e os resultados alcançados até o presente momento. Já a análise da implementação do Programa nestas áreas foi embasada em visitas de campo e em entrevistas com atores estratégicos dessas localidades.

A problemática da moradia na metrópole de Curitiba

Conforme aponta Lima (2000), o aumento da população residindo em áreas informais e/ou impróprias à moradia na Região Metropolitana de Curitiba ocorreu, sobretudo entre o final dos anos de 1980 e início da década de 1990. Dentre os municípios que tiveram um aumento significativo destas áreas, além da capital, destacam-se Colombo, São José dos Pinhais e Piraquara, este último, de grande importância para o abastecimento de água da Região Metropolitana.

Este período é marcado por uma instabilidade econômica e política no país e pela aprovação da Constituição Federal de 1988, que atribuiu maior autonomia e responsabilidade aos municípios, inclusive para resolver a problemática da moradia em seus territórios. Entretanto, em Colombo, assim como na maioria dos municípios periféricos do país, pertencentes, ou não a Regiões Metropolitanas, a problemática da escassez e/ou inadequação da moradia nas camadas de menor renda tem se

agravado desde então, dada a indisponibilidade de recursos e de equipes técnicas especializadas nesses municípios.

No âmbito do Aglomerado Metropolitano de Curitiba (AMC)¹, apenas a capital implementou de fato uma política habitacional bem estruturada nesse período, culminando com algumas ações para urbanizar assentamentos precários. Os demais municípios no entorno, no entanto, permaneceram sem avanços na questão da moradia durante década de 1990. A partir dos anos 2000, entretanto, com um cenário econômico e político mais estável no país, e com a estruturação pelo governo federal de uma nova Política Habitacional no ano de 2004, houve uma maior destinação de recursos para essa área. Dessa forma, alguns municípios do AMC que apresentavam assentamentos precários de grande porte e complexidade socioambiental passaram por intervenção do poder público, com vistas a promover a urbanização, a relocação da população das áreas de risco e a recuperação ambiental.

Dentre os assentamentos selecionados neste período, destaca-se a Vila Zumbi dos Palmares, localizada no município de Colombo e que foi regularizada e urbanizada através do Programa Direito de Morar da COHAPAR. Este assentamento, com um histórico de ocupação muito semelhante ao do Guarituba em Piraquara, apresentava um quadro pobreza, precariedade extrema e degradação ambiental, tendo sido considerada uma das maiores favelas do Aglomerado Metropolitano de Curitiba. A partir do ano de 2007, com a criação pelo governo federal do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários (UAP), ligado ao eixo Habitação do PAC, outros assentamentos de grande porte e complexidade ambiental como o próprio Guarituba em Piraquara, foram selecionados para receber recursos do Programa e passam por intervenção. Além deste município, Colombo, Campo Magro e Pinhais também tiveram assentamentos selecionados e receberam juntos, recursos da ordem de R\$ 161,7 milhões do Programa PAC/UAP para atender a 48 mil famílias que residiam em áreas de risco (COHAPAR, 2017).

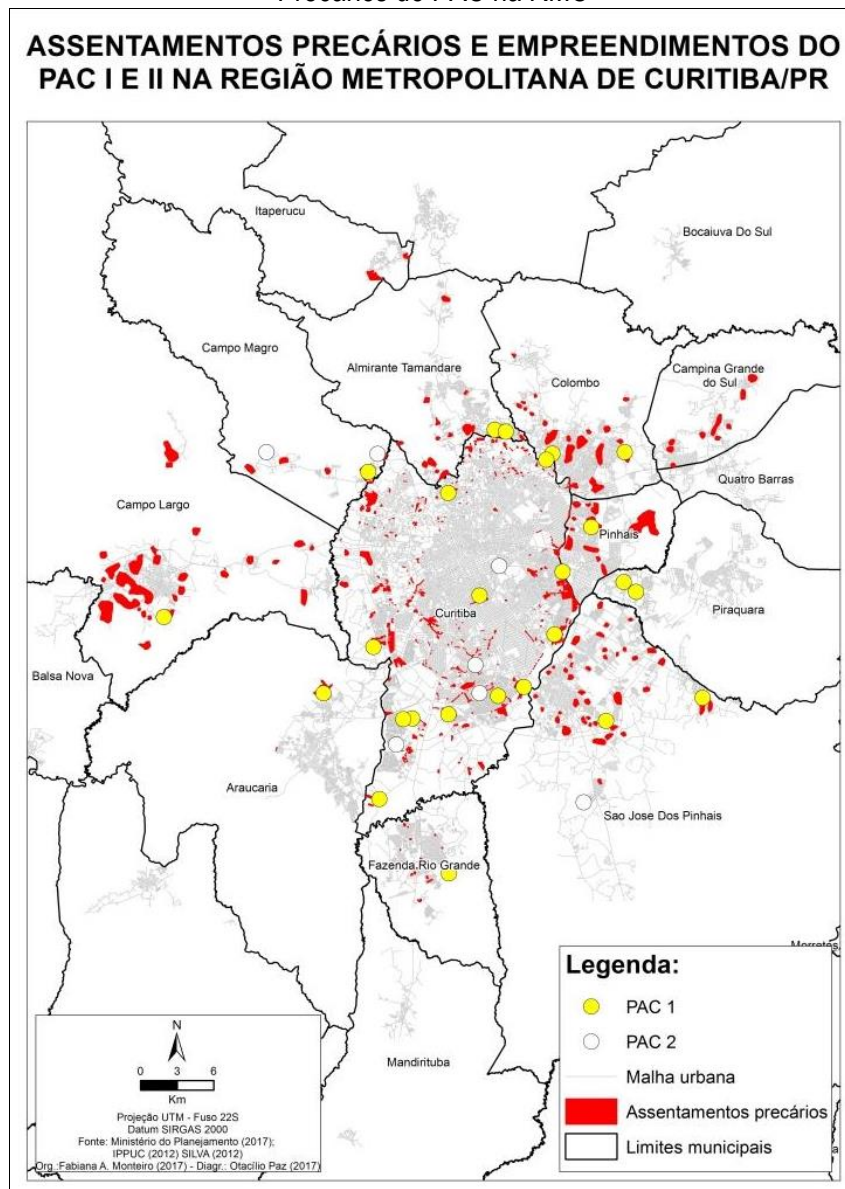
Neste mesmo ano, o município de Colombo apresentou ao Ministério das Cidades outro projeto de urbanização a ser incluído no PAC/UAP, denominado de Urbanização do Jardim Guarituba e áreas circunvizinhas. O Projeto foi aprovado ainda em 2007 e foi implementado a partir de então pela prefeitura municipal.

O Programa PAC/UAP na sua primeira fase (2007-2009) destinou uma quantidade significativa de recursos para urbanizar e regularizar assentamentos no AMC e também para que os municípios pudessem elaborar seus Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS). Condição

¹ O AMC é composto por 12 municípios: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais (FIRKOWSKI, 2009).

necessária, inclusive, para tais municípios pudessem ter acesso os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). A Figura 01 a seguir demonstra a localização dos assentamentos precários da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e aqueles que receberam recursos do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários do PAC 1 (2007-2009) e do PAC/UAP 2 (2011-2014) para serem urbanizados.

Figura 01: Assentamentos precários e intervenções do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários do PAC na RMC



Fonte: BRASIL (2017); IPPUC (2012); SILVA (2012). **Org.:** Otacílio Paz (2017); As autoras (2017).

Assentamentos precários e o PAC Habitação em Colombo

Criado oficialmente no ano de 1943, o município de Colombo passou a receber grande contingente populacional entre as décadas de 1970 e 1980, período em que o estado do Paraná passava por grandes transformações em seu território, através da modernização da agricultura e da concentração fundiária, de acordo com Moura e Rodrigues (2009). Estas transformações resultaram num aumento da migração do campo para a cidade, principalmente para a capital do estado, em função do seu intenso *marketing* e instalação da Cidade Industrial de Curitiba e da Refinaria da Petrobrás em Araucária, conforme Firkowski (2001).

Contudo, boa parte dessa população de baixa renda não conseguiu se estabelecer na capital e acabou se direcionando para os municípios no seu entorno, como Piraquara, Almirante Tamandaré e Colombo que passaram a apresentar taxas de crescimento populacional superiores à Curitiba nesse período. A taxa de crescimento populacional de Colombo, por exemplo, foi 12,56% entre 1970 e 1980, enquanto a taxa da capital foi de 5,34% (SILVA, 2012). Além disso, parte significativa dessa população acabou se instalando irregularmente em áreas públicas ou particulares e de grande fragilidade ambiental, constituindo assentamentos precários que estão inseridos a sua maioria nos limites das áreas urbanas destes municípios com a capital.

Moura e Rodrigues (2009) afirmam que o agravamento da precariedade habitacional nestes municípios se deve também a inexistência de um processo de planejamento e gestão, bem como de políticas públicas desenvolvidas para atender as novas e crescentes demandas.

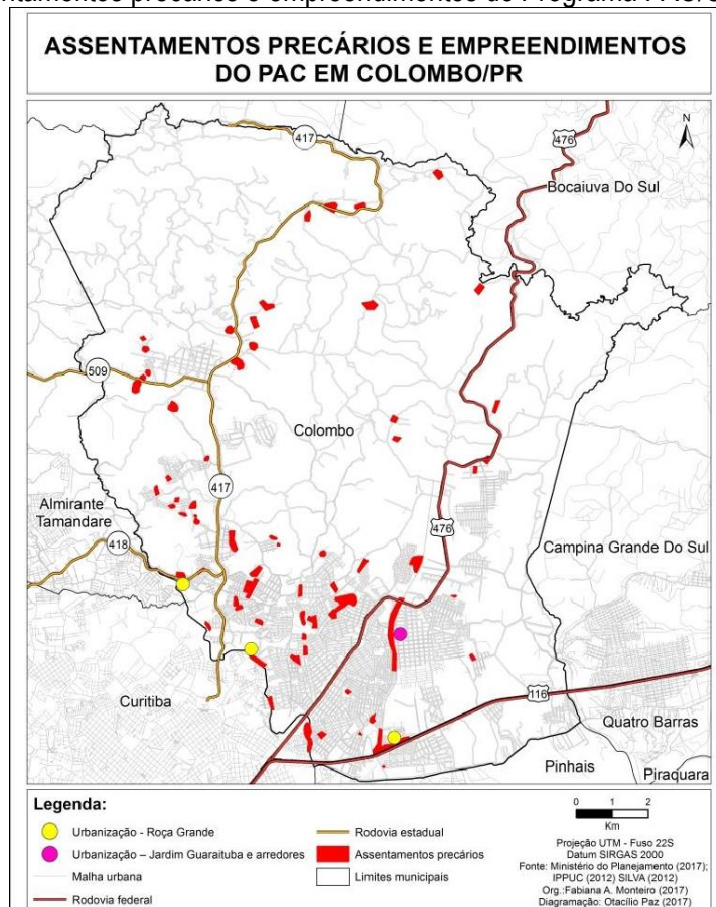
Já Silva (2012, p. 235), coloca que o crescimento da informalidade na metrópole de Curitiba nesse período é resultado da associação de três lógicas: “a da necessidade, por parte da população que reside nestes assentamentos; a da acumulação e reprodução do capital, vinculada à atividade imobiliária; e à existência de um Estado subsidiário dos interesses privados”.

Em Colombo, esse aumento da informalidade da moradia se deu, sobretudo na década de 1990, quando o total de habitantes residindo em assentamentos precários passou de 13.740 em 1992 para 23.136 no ano de 1998 (SILVA, 2012). Da mesma forma, Piraquara, São José dos Pinhais, Almirante Tamandaré e Curitiba tiveram um aumento expressivo de pessoas residindo nestas localidades nesta década.

Já no ano de 2012, conforme o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de Colombo, havia um total de 59 assentamentos precários no município, que é dividido em três Setores de Interesse Social. O Setor de Interesse Social 1, que encontra-se inserido totalmente em área urbana, ao sul do município, na Bacia Hidrográfica do Rio Palmital e do Rio Canguiri, com 20 assentamentos precários, dentre estes a Vila Liberdade. O Setor de Interesse Social 2, também

localizado integralmente em área urbana, na porção oeste-sudoeste do município, contando com um total de 27 assentamentos precários que se caracterizam por apresentar maior precariedade habitacional. Encontra-se nesse setor o Jardim Contorno e o Jardim Marambaia. E o Setor de Interesse Social 3, inserido na área rural do município, mais ao norte, com 12 assentamentos precários (COLOMBO, 2012). Através da Figura 02 é possível verificar a localização destes assentamentos no município de Colombo, inclusive daqueles que fazem parte dos Projetos selecionados para receber recursos do PAC/UAP no ano de 2007.

Figura 02: Assentamentos precários e empreendimentos do Programa PAC/UAP em Colombo.



Fonte: BRASIL (2017); IPPUC (2012); SILVA (2012); COLOMBO (2012). **Org.:** Otacílio Paz (2017); As autoras (2017).

Através da Figura 02, pode-se verificar também que a maioria dos assentamentos precários de Colombo estão concentrados, sobretudo nos limites com a capital, onde é maior também a densidade demográfica. Contudo, há focos de ocupação também na área rural do município, nas proximidades da sede e da Rodovia PR 509, bem como em áreas mais isoladas, ao norte, onde ocorre extração de cal, de acordo como o PLHIS.

Além da quantidade significativa de assentamentos precários e do déficit habitacional em torno de 5.342 unidades habitacionais (COLOMBO, 2012), o município apresenta deficiência de infraestruturas, serviços e equipamentos públicos, principalmente nos bairros mais periféricos. Nota-se também que, enquanto nas áreas próximas aos limites com Curitiba, há alta concentração populacional, a ocupação ao norte do município é dispersa, dessa forma, pode deduzir que a maior parte da população possui maior interação e mobilidade em direção à capital do que a própria sede do município.

Ressalta-se como agravante desse quadro de precariedade habitacional de Colombo, a poluição dos recursos hídricos, tendo em vista que muitos destes assentamentos estão localizados nas margens de rios e não dispõem de saneamento básico. Em relação à questão socioambiental, Deschamps (2008) coloca que a vulnerabilidade pode ser entendida como a propensão a que um indivíduo pode sofrer risco, fragilidade ou dano. Desse modo, boa parte dessa população de assentamentos informais encontra-se em situação de vulnerabilidade social e ambiental, em decorrência da condição de suas habitações e pela localização das mesmas em APPs.

Já Remy *et. al.* (2012) considera que, com a presença de manancial hídrico nas áreas de ocupação, pode ocorrer a salubridade ambiental, através da erosão, de enchentes e da contaminação da água. Além da situação de vulnerabilidade ambiental, Vargas (2008, p. 8), afirma que assentamentos urbanos em APPs constituem-se como uma condição de fragilidade a estes espaços, como uma ameaça de esgotamento dos recursos hídricos e como um conflito socioambiental entre “a preservação do ambiente, a exploração econômica da propriedade privada e o direito à moradia”.

No que diz respeito à implementação do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários do PAC no município de Colombo, conforme foi mencionado anteriormente, ocorreu a partir de 2007, com a seleção do Projeto de Urbanização Roça Grande, que engloba assentamentos localizados na no Jardim Contorno, Jardim Marambaia e Vila Liberdade, tendo sido proposta pelo governo estadual, está sendo executado pela COHAPAR. Já o Projeto de Urbanização do Jardim Guaraituba e áreas circunvizinhas foi proposto prefeitura municipal, que também é responsável por sua execução. Além desses dois projetos, o município também recebeu recursos do PAC Habitação para elaborar seu PLHIS que foi concluído no ano de 2012. Estes assentamentos que foram incluídos nestes dois projetos apresentavam no momento da seleção, um quadro de extrema precariedade habitacional, degradação do meio ambiente, carência de infraestrutura e situação de risco à população residente, conforme se pode verificar na Figura 03 a seguir.

Figura 03: Assentamentos no Jardim Marambaia e Contorno no ano de 2007



Fonte: COHAPAR (2010).

Deste modo, os Projetos desenvolvidos para estas áreas propunham a recuperação ambiental, a implantação de infraestruturas e a relocação das famílias localizadas em situação de risco para conjuntos habitacionais. Além da implantação de parques ambientais e da regularização fundiária. O Quadro 01 traz uma síntese das características dos assentamentos, bem como das propostas de ambos os projetos.

Quadro 01: Síntese das propostas dos Projetos de Urbanização Roça Grande e Jardim Guaraituba

	Urbanização Jardim Guaraituba e áreas circunvizinhas	Urbanização Roça Grande (Jd. Contorno, Marambaia e V. Liberdade)
Início	2007	2007
Modalidade	UAP/PPI	UAP/PPI
Proponente	Município	Estado
Responsável pelas obras	Município	COHAPAR/Município
Fonte de Recursos:	OGU	OGU
Investimento²	R\$ 28 milhões	R\$ 20,6 milhões
Moradias previstas³	520 (Jardim Belo Rincão)	70 (Jd. Contorno) 188 (Jd. Marambaia) 234 (Vila Liberdade)
Famílias a serem beneficiadas	-	879
Implantação de infraestruturas	Drenagem e canalização da Rua Astorga; intervenção na Rua Campo do Tenente, instalação de equipamentos urbanos.	Pavimentação; adequação da rede coletora de esgotamento sanitário e de energia elétrica; instalação de equipamentos urbanos.
Regularizações Fundiárias:	-	371
Recuperação ambiental	-	Recuperação ambiental e implantação de três parques de lazer.
Problemática do assentamento:	Moradias irregulares na APP do Rio Palmital.	Moradias irregulares às margens da Rodovia BR 116, encostas e na APP do Rio Palmital, Arruda e Atuba.
Situação da intervenção (2017)⁴	Concluída	Paralisada (57%)

Fonte: BRASIL (2014; 2015; 2017); COHAPAR (2007; 2010; 2017). **Org.:** As autoras (2018).

O Projeto de Urbanização Roça Grande resultou também num Diagnóstico Físico e Social dos assentamentos e que foi elaborado pela COHAPAR no ano de 2007 a partir das entrevistas com as famílias com previsão de serem relocadas. No caso da Vila Liberdade, foram cadastradas 414 famílias, de um total de 709 da área na época. As informações davam conta que a maioria destes chefes de família estavam inseridos no mercado de trabalho informal, possuíam baixo nível de escolaridade e que a renda mensal destas famílias era inferior a três salários mínimos. O diagnóstico revelou também que mais de 70% das famílias possuíam mais de três membros e que quase a metade delas residia no local há mais de 10 anos.

² Incluindo a contrapartida do Estado do Paraná e do município.

³ A construção das 520 unidades habitacionais do Projeto do Jardim Guaraituba passou a ser de responsabilidade do Programa Minha Casa Minha Vida em 2011, que no entanto, não executou a obra até a presente data.

⁴ De acordo com as informações da Secretaria Nacional de Habitação (BRASIL, 2017). No caso do Projeto do Jardim Guaraituba e áreas circunvizinhas, foram concluídas as propostas do Projeto do PAC/UAP, o que não inclui as 520 unidades habitacionais.

Sobre o Jardim Contorno, o Diagnóstico revelou que as 70 famílias cadastradas na época possuíam baixo nível de escolaridade, com 68% dessa população possuindo apenas o Ensino Fundamental, explicando, portanto, o fato de a maioria dos chefes de família estar inserida no mercado informal de trabalho, bem como o baixo rendimento mensal das famílias, onde mais de 60% recebiam até 3 salários mínimos. Foi diagnosticado também que a maior parte da população era constituída por crianças (56%) e que existia um número significativo de pessoas sem certidão de nascimento.

Em relação ao Jardim Marambaia, os indicadores socioeconômicos apresentados afirmavam que mais de 90% das 188 famílias cadastradas recebiam menos de três salários mínimos mensais e que também era marcante a presença de jovens entre essa população, onde mais de 60% tinha até trinta anos de idade (COHAPAR, 2010).

Quanto ao Jardim Guaraituba, não se obteve informações a respeito de um eventual Diagnóstico Socioeconômico realizado pela prefeitura entre as famílias cadastradas no Projeto de Intervenção nesse período.

Resultados preliminares do programa PAC/UAP em Colombo

De acordo com a Secretaria Nacional de Habitação (BRASIL, 2017), as propostas do Projeto de Urbanização Jardim Guaraituba do PAC/UAP encontram-se concluídas e conforme foi verificado em visita de campo realizada em dezembro de 2017, de fato, a área que está localizada na margem direita do Rio Palmital, apresenta algumas melhorias nas condições de infraestrutura. As principais vias de acesso, por exemplo, receberam pavimentação e a rede de esgotamento sanitário foi instalada nas imediações. Entretanto, constatou-se também que as famílias localizadas nas margens do Rio Palmital e que tinham previsão de serem relocadas para o conjunto habitacional ainda permanecem no mesmo local e que o rio, apesar de ter passado por processo de recuperação ambiental, continua recebendo dejetos que são lançados irregularmente no curso de água. Além disso, em alguns pontos há lixo doméstico sendo abandonado nas suas margens ou em terrenos baldios nas proximidades. A atual condição do Rio Palmital e das moradias nas suas margens está ilustrada na Figura 04 a seguir.

Figura 04: Condições ambientais e de habitação no Jardim Guaraituba em 2017



Fonte: As autoras (2017).

Quanto ao Projeto de Urbanização Roça Grande, encontra-se paralisado com apenas 57% das obras executadas (BRASIL, 2017). Esse percentual de execução, conforme foi verificado em visita de campo, diz respeito apenas as propostas implementadas no Jardim Marambaia. Neste assentamento, foram concluídas as etapas de remoção das famílias das áreas de risco para as 188 unidades habitacionais construídas pelo Programa nas proximidades e a recuperação ambiental foi parcialmente executada no Rio Atuba. Também foi constatado que ocorreu a implantação de infraestrutura básica no local, mas, contudo, a etapa de regularização fundiária encontra-se em situação de atraso (COLOMBO, 2016). A Figura 05 demonstra unidades habitacionais construídas pelo Programa, onde é possível verificar que algumas delas vêm passando por adaptações realizadas pelos moradores.

Figura 05: Urbanização Roça Grande: Condições das moradias do Jardim Marambaia



Fonte: As autoras (2016).

Já a situação do assentamento da Vila Liberdade e do Jardim Contorno é similar, ou seja, praticamente não saiu do papel e as famílias que residem em situação de risco em ambas as localidades ainda não foram removidas destas áreas e tampouco receberam as unidades habitacionais previstas pelo projeto.

Conforme foi observado em visita de campo, a Vila Liberdade ainda possui atualmente um número relevante de subhabitações em situação de risco, localizados nas margens do Rio Palmital, suscetíveis a constantes enchentes. Além de apresentar um quadro de carência de infraestrutura e de equipamentos públicos, sendo notável a irregularidade no traçado das vias, a ausência de rede de esgoto, a contaminação dos recursos hídricos e muitas subhabitações em condições precárias e/ou de risco conforme se pode verificar na Figura 06.

Sobre a formação da Vila Liberdade, Ritter (2011) afirma que foi constituída a partir de três diferentes formas de apropriação do solo urbano: através da aquisição legal de terrenos nas áreas loteadas pela AZ Imóveis, o que corresponde a um número pequeno de moradores; pela ocupação de lotes legalizados ou por sua aquisição legal, mas que, com o passar do tempo e conforme se multiplicarão as ocupações, deixaram estes lotes de serem pagos e tornaram-se irregulares. E a terceira forma de ocupação se deu através dos assentamentos informais que se estabeleceram a partir da segunda metade da década de 1980. Estes assentamentos se concentraram em porções dos três loteamentos realizados pela AZ Imóveis, a do Jardim Graciosa, da Vila Palmital e da Vila Ana Maria, a esquerda do Rio Palmital.

Figura 06: Subhabitações na Vila Liberdade



Fonte: As autoras (2017).

A atual condição do assentamento do Jardim Contorno, localizado a sudoeste do município de Colombo, próximo aos limites com Curitiba, é similar a da Vila Liberdade. Foi possível constatar na localidade que a população continua residindo irregularmente em áreas insalubres e de grande risco para a saúde, como na APP do Ribeirão Arruda, em encostas e na faixa de domínio da PR 418. A maioria absoluta das moradias é de madeira e autoconstruídas e o acesso a estas moradias estão em condições precárias. Além disso, não há rede coletora de esgotamento sanitário e a maior parte das ligações de rede de água e de energia elétrica são clandestinas. A Figura 07 demonstra a atual

situação do assentamento do Jardim Contorno que conforme se pode verificar, não apresentou nenhuma melhoria desde a elaboração do Projeto para esta área, há dez anos atrás.

Figura 07: Condições de moradia no Jardim Contorno



Fonte: As autoras (2017).

Sobre as razões para o atraso na implementação da intervenção nestes dois assentamentos, a Prefeitura Municipal, informou que enfrenta dificuldades financeiras para adquirir os terrenos para construir as moradias para abrigar a população das áreas de risco, impedindo, dessa forma, que se desse andamento as demais propostas. Além da dificuldade em desapropriar as famílias das áreas de risco, pois muitas se recusam a sair de suas residências e ir para outra em um conjunto habitacional, que em alguns casos, terá tamanho inferior à atual. Também foi mencionada a tentativa da Prefeitura em adquirir outros terrenos mais baratos, porém em locais distantes destes assentamentos. Contudo, houve resistência por parte dos moradores, conforme se comprovou posteriormente em alguns depoimentos, dessa forma esta proposta foi descartada (COLOMBO, 2016).

Tendo como objetivo complementar a análise da atual condição do assentamento da Vila Liberdade, foi coletado em visita ao assentamento, o depoimento da Vice-Presidente da Associação de Moradores do local. Dessa forma, foi possível confrontar a suas informações com aquelas que foram fornecidas pelos gestores municipais a respeito dos impasses na execução da intervenção.

As justificativas apresentadas pela entrevistada, portanto, pouco difere daquelas fornecidas pela prefeitura municipal. Tal como havia revelado o Chefe do Departamento de Habitação do município, a justificativa para o atraso na implementação da intervenção na Vila Liberdade informada pela vice-presidente, diz respeito à impossibilidade em se adquirir o terreno previsto para abrigar as 234 moradias, dado o alto valor solicitado pelo proprietário que inicialmente era de R\$ 1 milhão e posteriormente passou a ser de R\$ 6 milhões, inviabilizando sua aquisição.

A entrevistada também mencionou a tentativa em se adquirir outro terreno localizado no Bairro São Dimas, mais ao norte do município, para relocar as famílias das áreas de risco, contudo afirmou também que a proposta foi recusada pelos moradores, em função da distância da área atual e pelo local não dispor nos arredores da mesma infraestrutura e serviços ofertados na Vila Liberdade.

A Vice-Presidente da Associação de Moradores revelou também que o número de habitantes da Vila Liberdade tem aumentado, assim como tem piorado as condições de moradias daquelas famílias localizadas às margens do Rio Palmital e que sofrem com enchentes constantemente. Por outro lado, mencionou avanços no processo de regularização fundiária das demais famílias da Vila Liberdade, localizadas fora da área de risco e que passaram a contar recentemente com CEP em suas moradias.

Contudo, em relação às demais propostas, afirmou que está cada vez mais difícil de serem implementadas, tendo em vista que recursos que haviam sido destinados ao Projeto foram suspensos pela Caixa Econômica Federal, dada a demora em implementar as propostas. Para reverter essa situação, segundo a entrevistada, a prefeitura entrou com recurso que está tramitando e atualmente tentar adquirir um terreno nos arredores do assentamento, onde pretende construir ao menos 40 moradias para abrigar as famílias que estão em extrema situação de risco.

Também na Vila Liberdade foram recolhidos alguns depoimentos de moradores localizados em pontos estratégicos do assentamento, com o objetivo de identificar como ocorreu o processo de instalação destes na área e os motivos que o levam a permanecerem no local. As justificativas fornecidas em geral, apontaram para a situação financeira instável ou precária, que impossibilita estas famílias de arcarem com despesas de aluguel e serviços básicos como rede de água e energia elétrica.

Em relação à possibilidade de serem relocados do assentamento para uma unidade habitacional em outra localidade, estes mesmos moradores tiveram opiniões divergentes. Uma dessas moradoras que não estava inserida propriamente em situação de risco ou insalubridade, se mostrou contrária a essa possibilidade, já que estava ali há mais de 17 anos e desde então havia promovido muitas melhorias em sua moradia. No entanto, outra moradora, residente em uma subhabitação em precárias condições nas margens do Rio Palmital e que, portanto, sofre constantemente com inundações e outros problemas relacionados à inexistência de rede de esgoto, afirmou que era favorável a possibilidade de ser relocada do local para uma unidade habitacional do Programa. Contudo, ressaltou que dada a sua atual condição financeira e pessoal, não têm condições de arcar com nenhum tipo de despesa que possa estar relacionada à possível nova moradia. Tal ressalva foi também relatada por outras duas moradoras que residem na área mais crítica do assentamento, demonstrando, portanto, a necessidade destes Programas de Urbanização estar atrelados a políticas

de promoção e inclusão social. Também foi questionado a estes moradores a sua perspectiva em relação à intervenção e a opinião predominante é que não creem mais que o Projeto sairá do papel, já que haviam participado do cadastro da COHAPAR em 2007 para serem beneficiados pelo Programa e desde então, não haviam recebido nenhum apoio do Estado, bem como nenhuma melhoria ocorreu no assentamento.

No Jardim Contorno a realidade diagnosticada foi muito semelhante à da Vila Liberdade, apresenta, portanto até o momento, famílias residindo em situação de risco e insalubridade, em precárias condições de habitação e poluição dos recursos hídricos. Como não foi mencionado pelos moradores a existência de uma Associação de Moradores deste assentamento, foram coletados apenas alguns depoimentos de moradores localizados em diferentes pontos. As informações fornecidas pelos mesmos relataram que a situação financeira foi a principal causa para se estabelecerem na localidade, assim como foi identificado no assentamento da Vila Liberdade. Em relação ao local de origem destas famílias, a maioria afirmou que tinham vindo de outros assentamentos, dentro e fora do município de Colombo antes de se estabelecerem ali.

Também houve divergências de opiniões quando questionados se gostariam de sair ou não do assentamento. Uma moradora, que reside há mais de 11 anos no local afirmou que não gostaria de sair, pois, dada a atual condição financeira, não tem a menor possibilidade de arcar com nenhuma possível despesa relacionada à nova moradia. Esta mesma moradora uma das mais antigas da área, afirmou também que não houve resistência por parte do poder público no momento da ocupação e que o mesmo havia instalado posteriormente algumas benfeitorias no assentamento, como rede de energia elétrica e água em algumas residências.

Tal como ocorreu na Vila Liberdade, alguns dos entrevistados mostraram resistência à ideia de sair do assentamento e ir para um conjunto habitacional distante, a principal justificativa fornecida foi à possibilidade de romper com os laços de amizade e confiança que haviam estabelecido no local. Contudo, afirmaram que sofrem constantemente com enchentes e que estão cientes da situação de extremo risco e precariedade em que vivem. Sobre a implementação do projeto de intervenção pelo poder público, nenhum dos moradores demonstrou acreditar ainda nessa possibilidade.

Finalmente, ao se comparar os dois assentamentos do Projeto de Urbanização Roça Grande que não receberam nenhuma das melhorias previstas, pode se dizer que a situação do Jardim Contorno é mais precária, tanto das condições de moradia, quanto da infraestrutura. A sua localização entre a faixa de domínio da PR 418 e a APP do Ribeirão Arruda, onde a maioria das moradias ou estão em encostas ou ao redor de valas, impossibilita a permanência destas famílias nestas condições, sendo imprescindível a relocação destas para áreas mais seguras. Tal condição ocorre em menor

proporção, entretanto, no assentamento da Vila Liberdade, onde o número de famílias em situação de risco é visivelmente menor.

Quanto à inserção destas famílias nos assentamentos, a principal razão relatada pelos moradores, diz respeito à condição financeira, que inclusive, faz com que alguns deles se preocupem com a possibilidade de serem relocados posteriormente para um conjunto habitacional sem terem condição de arcar com as novas despesas, por menores que elas possam ser.

Tal situação revela que a problemática da moradia no Brasil entre as classes sociais de menor renda está muito longe de ser resolvida, mesmo porque, a base dessa questão é a má distribuição de renda do país e a consequente desigualdade social entre as classes, pilares que sustentam o nosso sistema econômico e social vigente.

Os depoimentos dos moradores do Jardim Contorno e da Vila Liberdade demonstraram também que, se por um lado o poder público não promove nenhuma melhoria nessas áreas de modo a possibilitar um mínimo de qualidade de vida a estas famílias, também por outro lado, não dificultou a formação destas áreas e tampouco toma medidas para que as mesmas continuem em crescimento. Ficou evidente também que há resistência por parte de alguns moradores à possibilidade de relocação para um conjunto habitacional, uns porque estão em melhor situação financeira e residem em casas de alvenaria e por isso temem em ir para outra menor e num local distante. E outros, por que justamente a situação financeira mais precária os impossibilita de arcar com os prováveis custos da nova moradia. Houve aqueles que ainda mencionaram o receio de romperem com seus laços de vizinhança e de amizade que haviam constituído e ao mesmo tempo, encontrar novo local de moradia, problemas relacionados à violência e ao tráfico de drogas, inviabilizando a liberdade de que dispõem nestes assentamentos.

Dessa forma, a maioria dos moradores de ambos os assentamentos, deixou claro que gostaria que o poder público introduzisse as melhorias previstas no Projeto, como pavimentação, instalação rede de esgoto, água e energia elétrica, além da construção de novas moradias em locais mais seguros, contudo, estes mesmos moradores ou demonstraram receio em relação a esta última proposta ou afirmaram que já não acreditam mais na possibilidade do projeto ser implementado.

Considerações finais

O crescimento da população urbana que se verificou no Brasil ao longo do século XX, sobretudo após a década de 1970 resultou também no aumento no número de pessoas residindo em assentamentos precários. Nos municípios do Aglomerado Metropolitano de Curitiba fatores locais aliaram-se ao cenário macroeconômico e político instável do país a partir dos anos de 1980 para

formar assentamentos em áreas ambientalmente frágeis e de risco à população. Na capital, mesmo com um maior planejamento e atuação da Companhia de Habitação Popular, houve também um aumento da população residente em assentamentos nesse período.

A partir da década de 2000, verifica-se que há um maior envolvimento do poder público na urbanização dos assentamentos do AMC, contudo, muitos destes projetos estão se arrastando ao longo dos anos, porém, sem ser executado na íntegra, o que pôde ser constatado na análise dos Projetos de Urbanização do PAC para o município de Colombo. Estes assentamentos selecionados receberam recursos do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários no ano de 2007 para promover a urbanização e a relocação das famílias das áreas de risco para unidades habitacionais construídas pelo programa. Entretanto, o assentamento da Vila Liberdade e do Jardim Contorno continua na mesma situação identificada pelos técnicos da COHAPAR há mais dez anos. Ou seja, as famílias localizadas em áreas de risco e em precárias condições de moradia permanecem na mesma situação e a deficiência de infraestrutura e de equipamentos sociais continuam sem solução, bem como a degradação do meio ambiente.

Mesmo nas áreas que constam como parcialmente concluídas, Jardim Marambaia (Urbanização Roça Grande) e Urbanização do Jardim Guaraituba, é possível verificar que alguns dos problemas como carência de infraestrutura, precariedade habitacional e irregularidade das moradias foram apenas amenizados ou permanecessem sem solução, assim como a poluição dos cursos de água.

Tal condição demonstra que as propostas deste Programa de Urbanização não apenas são insuficientes para promover melhorias significativas nas condições de vida dessa população, como também são incapazes de resolver a problemática da degradação do meio ambiente em longo prazo. Contudo, dado o atual contexto em que o país se encontra em que programas e políticas habitacionais estão sendo sucessivamente deixados de lado, é necessário uma maior discussão e mobilização do meio acadêmico e movimentos sociais para que as propostas para esta problemática avancem e não sejam meramente abandonadas.

Referências

- ABRAMO, P. *A cidade Com-fusa. A mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas*. In: Estudos Urbanos e Regionais, 2007, V. 9, n.2.
- BONDUKI, N. *Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula*. Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2008, n. 1, p. 71-104. Disponível em: (<http://www.usjt.br/arq.urb>). Data de acesso: 22 de setembro de 2017.
- BRASIL. Ministério do Planejamento. *Décimo Primeiro Balanço do PAC*. Brasília, 2014. Disponível em: (<http://www.planejamento.gov.br>). Data de acesso: 13 de maio de 2017.

- _____. Ministério do Planejamento. *Primeiro Balanço 2015 – Paraná*. Brasília, 2015. Disponível em: (<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesregionais>). Data de acesso: 12 de janeiro de 2017.
- BRASIL. *Secretaria Nacional de Habitação*. Brasília, 2017.
- CARDOSO, A. L. *Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas*. Cadernos Metrôpoles, São Paulo, 2007, p. 219-240.
- CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; JAENISCH, S. T. *Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise*. Rio de Janeiro, Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2017.
- COLOMBO. *Plano Local de Habitação de Interesse Social*. Diagnóstico Habitacional. Colombo, 2012.
- _____. *Prefeitura Municipal*. Colombo, 2016.
- COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR). *Programa Direito de Morar – Guarituba*. Curitiba, 2007.
- _____. *Projeto de Trabalho Técnico Social. PAC/PPI – Intervenção em favelas*, Colombo, 2010.
- _____. *Site oficial*. Disponível em: (<http://www.cohapar.pr.gov.br>). Data de acesso: 20 de agosto de 2017.
- COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (COMEC). *Plano de desenvolvimento integrado – PDI*. Curitiba, 2006.
- DESCHAMPS, M. *Estudo sobre a vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba*. Cadernos metrópole, 2008, p. 191-219.
- FIRKOWSKI, O. L. C. *A nova territorialidade da indústria e o Aglomerado Metropolitano de Curitiba*. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.
- _____. *Considerações sobre o grau de integração da região metropolitana de Curitiba na economia internacional e seus efeitos nas transformações socioespaciais*. In: MOURA, R.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. (Org.). *Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba*. Letra Capital: Observatório das Metrôpoles. Curitiba, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2010: Aglomerados Subnormais – Informações Territoriais*. Disponível em: (<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts>). Data de acesso: 22 de junho de 2016.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES)/ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Projeto IPEA: Governança Metropolitana no Brasil. Análise Comparativa das Funções Públicas de Interesse Comum – Região Metropolitana de Curitiba*. 2013. Disponível em: (www.ipea.gov.br/redeipea/governanca_metropolitana/rmcuritiba.pdf). Data de acesso: 14 de janeiro de 2016.
- KOWARICK, L. *Escritos Urbanos*. São Paulo: ED: 34, 2000.
- LIMA, C. A. *A ocupação de área de mananciais na Região Metropolitana de Curitiba: do planejamento à gestão ambiental urbana-metropolitana*. 345 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente). Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.
- MOURA, R. RODRIGUES, A. L. (Org.) *Como andam Curitiba e Maringá*. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, 2009.
- REMY, U. C.; PECLAT, J. B. C. AGUIAR, V. G. *Degradação Ambiental em APP Urbana: estudo de caso no Setor Santa Genoveva no município de Goiânia – GO*. In: *Anais do III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental*. Goiás, 2012.
- RITTER, C. *Os processos de Periferização, Desperiferização e Reperiferização e as transformações socioespaciais no Aglomerado Metropolitano de Curitiba*. 298 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- SILVA, M. N. *A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização em Curitiba*. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

VALLADARES, L. P. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. 2º ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1980.

VARGAS, H. L. *Ocupação irregular de APP urbana: um estudo da percepção social acerca do conflito de interesses que se estabelece na Lagoa do Prato Raso, em Feira de Santana, Bahia*. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 39, p.7-36, jul./dez. 2008.

(Recebido em 24-04-2018; Aceito em: 22-10-2018)